

Anotações sobre desigualdades de gênero no mercado de trabalho

Maria Rosa Lombardi ¹

Este artigo trata das desigualdades que se constroem e reproduzem no mercado de trabalho, sob a perspectiva das relações de gênero. O olhar privilegia o que se passa com as trabalhadoras, sem perder a dimensão comparativa com os trabalhadores. A participação feminina no mercado de trabalho em, praticamente, todas as atividades econômicas e profissões é uma conquista recente, do século XX, ao qual alguém deu a alcunha de “o século das mulheres”. Uma análise mais detalhada do fenômeno da dita “feminização” do mercado de trabalho, contudo, traz à tona uma realidade complexa e diversificada, com avanços, recuos e não isenta de contradições. Por exemplo, ao mesmo tempo em que se amplia e diversifica a participação feminina no mundo do trabalho, reproduzem-se algumas segregações conhecidas, como a maior precariedade ou fragilidade da ocupação feminina comparativamente à masculina, as segregações setorial, ocupacional e hierárquica sofridas pelas trabalhadoras, as remunerações sistematicamente inferiores às dos homens. Da mesma forma, não é novidade a constatação, proveniente de vários estudos, de que essas características de maior fragilidade do trabalho feminino perante o masculino, costumam recrudescer em momentos de transformação social e econômica, sejam eles estruturais ou conjunturais, como, p.ex., o atual processo de globalização por que passa a economia internacional desde meados dos anos 1970, a atual crise financeira.

Este artigo trata dessas questões, baseando-se na análise de estatísticas do trabalho e de estudos anteriores que sobre elas refletiram, sem a pretensão de desenvolver uma discussão exaustiva. Nesse sentido, atualiza um panorama evolutivo do trabalho e da ocupação das brasileiras e dos brasileiros nas últimas décadas, bem como comentar algumas repercussões do processo de globalização e da atual crise econômico-financeira internacional sobre as trabalhadoras. Para atingir o primeiro objetivo, recorreu-se, principalmente, às estatísticas das PNADs- Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios do IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da RAIS- Relação Anual de Informações Sociais, do Ministério do Trabalho e Emprego, no sentido de consolidá-las, à luz das análises produzidas pela bibliografia. No que diz respeito ao segundo, comenta-se bibliografia sobre impactos da globalização sobre as

¹ Socióloga e pesquisadora na Fundação Carlos Chagas.

mulheres e traz-s a análise do Boletim Mulher e Trabalho sobre os primeiros impactos da atual crise financeira no mercado de trabalho e sobre as trabalhadoras².

1. O trabalho das mulheres no Brasil: que direções seguimos?

Ao analisar o trabalho feminino numa perspectiva evolutiva, algumas grandes tendências sobressaem. A primeira delas é a persistência do crescimento da atividade feminina no mercado de trabalho, evidenciado pelas crescentes taxas de atividade e de participação feminina na população economicamente ativa (PEA), um fenômeno que se acentuou nas três últimas décadas do século XX e que tem continuado na primeira década do novo milênio.

Em segundo lugar, no período considerado, transformações demográficas se consolidaram na população brasileira, com reflexos importantes sobre o perfil da força de trabalho feminina. Por exemplo, a queda nas taxas de fecundidade, a redução do tamanho das famílias, o envelhecimento da população, o aumento dos domicílios com chefia feminina e, principalmente, a alteração no perfil demográfico das trabalhadoras, que, atualmente, tendem a ser mais velhas, casadas e mães. Mas talvez a transformação mais decisiva no perfil da mão de obra feminina tenha sido o aumento da sua escolaridade para patamares superiores aos dos homens.

Uma terceira tendência trata da persistência da desigualdade nas posições em que as mulheres se inserem no mercado de trabalho, comparativamente aos homens. Permanece a maior concentração feminina em posições precárias e vulneráveis no mercado de trabalho, a concentração das mulheres em alguns setores, atividades econômicas e profissões em que sua presença já é tradicional, a desigualdade dos ganhos, em que pese a tendência da diminuição das desigualdades entre os sexos em quase todas as dimensões mencionadas, nos últimos quarenta anos.

Uma quarta tendência apontada pela literatura é a identificação da bipolaridade ou dualidade do trabalho feminino, introduzindo mais uma segmentação no grupo de mulheres trabalhadoras: de um lado, grandes contingentes de trabalhadoras envolvidas em trabalhos precários, mal ou não remunerados e menos valorizados e, de outro, um pequeno, mas crescente contingente de mulheres altamente qualificadas e escolarizadas, envolvidas em carreiras profissionais de prestígio, ascendendo nas hierarquias empresariais e chegando a postos de chefia e direção.

² A primeira edição digital do “ Boletim Mulher e Trabalho” surgiu em julho deste ano e foi elaborada no âmbito do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero por equipe interinstitucional e organizada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (www.observatoriodegenero.gov.br).

Finalmente, uma última e persistente tendência não pode deixar de ser lembrada, pois apesar dos avanços da escolaridade das mulheres e do crescimento da sua participação no mundo do trabalho, permanece o padrão da divisão sexual do trabalho doméstico, segundo o qual a mulher é a principal responsável pelo cuidado com os filhos, a casa e a família. Em outras palavras, se a divisão sexual do trabalho remunerado ou produtivo tem se tornado mais flexível, ampliando as fronteiras da participação feminina para profissões, áreas de atividade e posições hierárquicas antes majoritariamente masculinas, a divisão sexual do trabalho doméstico ou reprodutivo não caminhou na mesma direção, podendo-se afirmar que, nesse sentido, tem servido de freio a uma mais completa integração e valorização das mulheres no mundo do trabalho.

- **O contínuo aumento da participação feminina no mercado de trabalho**

No que tange ao aumento crescente e contínuo da participação feminina, como demonstram os dados do IBGE, com um acréscimo de trinta e dois milhões de trabalhadoras entre 1976 e 2007, as mulheres desempenharam um papel muito mais relevante do que os homens no crescimento da população economicamente ativa, pois enquanto a taxa de atividade masculina manteve-se durante todo o período entre 72 e 75%, a das mulheres quase duplicou. Dessa forma, se em 1976, 28 em cada 100 mulheres trabalhavam, em 1995, 48 em 100³, em 2002, 50,3% e, em 2005, esse marco simbólico é ultrapassado, podendo-se afirmar que a maioria das mulheres brasileiras trabalhava, ou 52 em 100. Em 2007, a taxa de atividade feminina registrada pelo IBGE foi 52,4% e a masculina, 72,4% ambas registrando ligeiro declínio em relação a 2006 (FCC, 1998. Banco de dados sobre o trabalho das mulheres; Série Grandes Números⁴).

O contínuo aumento de mulheres que procuram uma colocação no mercado de trabalho, ou da população feminina economicamente ativa tem sido considerado um dos fatores explicativos para o maior aumento do desemprego feminino quando comparado ao masculino, no Brasil (Lavinhas, 2000; Ramos e Brito, 2003) e na Europa (Maruani, 2008). Tomando como referência a Região Metropolitana de São Paulo- RMSP, a PED⁵ verificou a persistência daquela tendência no novo milênio. Assim, em 2000, a taxa de desemprego masculina foi 15% e a feminina 20,9%; em 2002, os índices foram

³ A partir de 1992 o IBGE passa a adotar um conceito de trabalho ampliado, considerando ativas as pessoas que exerceram algum tipo de trabalho por pelo menos uma hora na semana de referência, o que se refletiu no grande aumento das taxas de atividade, sobretudo as femininas.

⁴ O *Bando de dados sobre o trabalho das mulheres* encontra-se on-line desde 1998 no sítio da FCC (www.fcc.org.br). As atualizações das estatísticas para 2007 acabaram de ser realizadas com o auxílio do assistente de pesquisa Cristiano M. Mercado e serão proximamente disponibilizadas aos interessados.

⁵ Pesquisa de Emprego e Desemprego, realizada pelo convênio SEADE-DIEESE em dez regiões metropolitanas do país.

respectivamente 16,4% e 22,2%; em 2005 14,4% e 19,7% e, finalmente, em 2007, 12,3% e 17,8% (SEADE/DIEESE, 2007).

- **Transformações no perfil demográfico da mão de obra feminina**

No que diz respeito ao perfil da força de trabalho feminina, vários estudos têm mostrado que, desde 1980, ele vem sofrendo alterações: se até o final dos anos 70, a maior parte das trabalhadoras era jovem, solteira e sem filhos e a regra aceita era a interrupção da vida profissional a partir do casamento e, sobretudo, da chegada dos filhos, hoje a maioria das trabalhadoras é mais velha, casada e tem filhos.

Essa transformação advém do fato de as mulheres se inserirem no mercado de trabalho e nele permanecerem, mesmo com a presença de filhos pequenos. De fato, a presença de filhos pequenos, mormente até dois anos, ainda é um fator que diminui a atividade feminina, embora, pese cada vez menos. Assim, se em 1998, a taxa de atividade das mães com filhos até dois anos era 47,1%, em 2002 atingia 51,9% e, em 2007, 55,3% (FCC, 1998. Série Mulheres, trabalho e família).

Acrescente-se a isso, que o envelhecimento da população em geral tem indicado uma maior expectativa de vida ao nascer para as mulheres (76,5 anos), do que para os homens (69), o que também teria influência na presença de mulheres mais velhas na força de trabalho (IBGE, 2008A).

Além disso, nos últimos 30- 40 anos, se desenharam e se consolidaram duas outras tendências. Em primeiro lugar, verificou-se importante queda na taxa de fecundidade das brasileiras, o que influenciou o tamanho das famílias, hoje muito menores do que no passado, liberando as mulheres para o mercado de trabalho e, em segundo, uma diversificação nos arranjos familiares tradicionais e o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres.

Em 2007, a taxa de fecundidade das brasileiras era de 1,95 filhos por mulher, em decréscimo desde os anos 1970, indicando a racionalização familiar em curso no país. Refletem essa tendência a redução de famílias compostas por casais com filhos e o crescimento das famílias sem filhos. Assim, em 2007, a proporção de famílias compostas por casais com filhos foi declinante (48,9%, enquanto era 56,6% em 1997), enquanto crescia o arranjo “casais sem filhos” (de 12,95 em 1997, para 16% em 2007).(IBGE, 2008A).

A proporção de domicílios chefiados por mulheres era de 25,5% em 2002 e atingiu 33% em 2007 (FCC, 1998. Série Mulheres, trabalho e família). A chefia familiar feminina costuma ser identificada com situações de maior pobreza e

precariedade social, entendendo-se que existe menor possibilidade de auferir rendimentos nesses tipos de arranjos familiares do que naqueles em que há a presença do casal. De fato, comparando-se o rendimento domiciliar mensal das famílias chefiadas por mulheres com o daquelas com chefia masculina, constata-se aquela associação: 37% dos domicílios chefiados por mulheres e 29% dos chefiados por homens tinham renda mensal domiciliar de até 2 salários mínimos em 2002, segundo o IBGE (FCC, 1998; Série Histórica Mulheres, trabalho e família). Um cruzamento por raça/etnia das chefes indicou que, entre elas prevalecem as pretas e pardas, sobretudo nas regiões Norte, Nordeste e Centro-oeste. Sorj e Fontes (2008), procuraram precisar algumas diferenças entre o nível sócio econômico e o perfil demográfico das famílias chefiadas por mulheres, separando-as em chefia feminina com filhos ,com e sem a presença de cônjuge . As autoras identificam a maior precariedade dos domicílios chefiados por mulheres com filhos e sem cônjuge (monoparentais femininas), no tocante à renda auferida: em 2005, a renda familiar *per capita* desses domicílios era R\$ 231,00- a menor entre todos os arranjos familiares estudados pelas autoras. Essas famílias, além disso, concentravam a maior porcentagem de pobres (55,7%) e de extremamente pobres (33,5%)⁶. Essas são informações eloqüentes que referendam a maior vulnerabilidade econômica das famílias monoparentais femininas, arranjo familiar que vem crescendo no país.

- **O aumento da escolaridade feminina**

Talvez a mudança de maior repercussão tenha sido o aumento do nível de escolaridade das mulheres, atingindo patamares superiores aos dos homens, em que pesem as grandes diferenças entre as regiões do Brasil e entre as cidades e o campo. A média de anos de estudo dos brasileiros em 2007 foi 6,9, sendo 6,7 para os homens e 7,1 para as mulheres. Mesmo não sendo objeto deste artigo, vale notar aqui que a diferença do nível de escolaridade entre a população rural e urbana naquele mesmo ano (média de 4,4 e 7,4 anos de estudo, respectivamente) é apenas um exemplo da grande diversidade de condições de vida e de trabalho da população brasileira. Dados do Ministério da Educação reiteram, do lado da oferta educacional, a maior escolaridade feminina frente à masculina. Assim, no ensino médio, a proporção de matrículas femininas , em 2006, foi 54,1%. No ensino superior, as conclusões femininas se mantêm próximo dos 60% desde a década de 1990, até hoje.

⁶ No estudo citado, linha da pobreza foi estimada em R\$ 163,00 em setembro de 2005 e a linha de indigência, a metade desse valor (p.190, nota 2).

Entretanto, se no mundo ocidental quase todas as profissões se abriram às mulheres, diversos estudos têm demonstrado, - a recomposição da divisão sexual do trabalho internamente às diversas profissões, reproduzindo a hierarquia de gênero, no que diz respeito às áreas e atividades de trabalho, ao prestígio e à remuneração (Lombardi, 2005; Junqueira, 1998; Thurler e Bandeira, 2008; Marry, 2008), - a manutenção dos estereótipos sexuais, apesar da ampliação da participação feminina em certas áreas profissionais, p.ex., majoritariamente masculinas e, finalmente, - a constatação de que o maior número de mulheres não significa necessariamente igualdade entre os dois sexos em uma dada profissão (Fortino, 2009).

Outra constatação recorrente é a estreita relação entre escolaridade e atividade dos trabalhadores, ou seja, quanto mais escolarizado o trabalhador, maior tende a ser sua taxa de atividade. Mas no caso das mulheres, esse impacto é especialmente considerável. Em 2007, a taxa de atividade feminina total era 52,4%, a taxa de atividade das mulheres com 11 a 14 anos de estudo atingia 72,2% e a das com 15 anos ou mais, 82,1%, indicando a determinação de permanecer no mercado de trabalho e desenvolver uma carreira profissional. Comparem-se esses números com os dos homens, cuja taxa de participação total foi 72,4% e a taxa dos com 15 e mais anos de estudo, 88,7% (FCC, 1998. Série Mulheres, Educação e Trabalho).

- **Inserção diferencial das mulheres no mercado de trabalho e a tendência à bipolaridade do trabalho feminino**

Seja qual for o ângulo que se eleja para analisar a inserção das mulheres no mercado do trabalho, informações estatísticas e qualitativas têm demonstrado desigualdades recorrentes, em comparação com a inserção dos homens. Para começar, as proporções de mulheres em posições mais desfavoráveis e mais vulneráveis são expressivamente maiores que as dos homens, sendo que essas mulheres executam funções em grande medida sem proteção legal, sujeitas a longas jornadas de trabalho e com baixa ou nenhuma remuneração. Considerando em posições precárias ou desfavoráveis o conjunto dos trabalhadores domésticos, dos não remunerados e dos trabalhadores para o consumo próprio ou do grupo familiar, temos que em 1993 essas posições congregavam 40% das brasileiras ocupadas e apenas 11% dos ocupados. Nos anos mais recentes essa tendência permanece, mesmo que em proporções declinantes: em 1998, 39,6% das ocupadas e 10,7% dos ocupados eram trabalhadores domésticos e/ou não remunerados e/ou produziam para o consumo ; em 2002, 34,2% e 8,8% respectivamente e, finalmente, em 2007, 30,5 % das ocupadas se situavam naquelas

posições precárias e apenas 8,3% dos ocupados (FCC, 1998. Série Qualidade do trabalho). As três posições mencionadas congregavam , em 2007, cerca de doze milhões de trabalhadoras, dentre as quais, as empregadas domésticas formavam o grupo mais representativo numericamente (6,3 milhões ou 54%), seguido das não remuneradas (2,9 milhões ou 25%) e das que trabalhavam para o consumo próprio (2,4 milhões ou 21%). O trabalho das empregadas domésticas se desenvolve na informalidade, já que cerca de 3/4 delas não possuíam carteira de trabalho, além de ser mal remunerado, pois, em 2005, 96% ganhavam até 2 salários-mínimos (Bruschini e outros, 2008).Em 2007 a proporção era exatamente a mesma. As não remuneradas, por sua vez, trabalhavam principalmente no setor agrícola (61% delas em 2007), mas também no comércio (17%), na prestação de serviços (11%) e na indústria de transformação (7,2%). A totalidade das que trabalhavam para consumo próprio e do grupo familiar, por sua vez, desenvolviam suas atividades no setor agrícola (FCC, 1998. Série Qualidade do trabalho).

Sob outro ângulo de análise, o do segmento formal do mercado de trabalho, no qual se celebra algum tipo de contrato entre empregador e empregado e há proteção das leis trabalhistas, veremos que também aqui a participação feminina sempre foi e se mantém minoritária (entre 30 e 40% dos postos de trabalho), embora nas últimas décadas apresente-se crescente: em 1985, 32,4% dos empregos formais eram ocupados por mulheres, em 1995, 37,3% , em 2002, 39,7% e, em 2007, 40,8% (FCC, 1998. Série Mulheres e mercado formal).

No que diz respeito à inserção segundo as atividades econômicas, homens e mulheres ocupam lugares diferentes na estrutura econômica. As maiores oportunidades femininas continuam a ser oferecidas nos serviços, pois absorve 39% da ocupação feminina, em 2007, aí computadas as áreas de educação e saúde, além dos serviços pessoais e domésticos (IBGE, 2008). O comércio/ reparação e o setor agrícola vêm a seguir, absorvendo, respectivamente, 16,5% e 13,9 da ocupação feminina. Do lado dos trabalhadores, as atividades agrícolas ocupam 21,5%, seguidas do comércio e reparação (19%),da indústria (17%) e da construção (11%). Ocorreram duas mudanças nesse padrão de ocupação na última década. A primeira é a queda da parcela do pessoal ocupado na atividade agrícola, que de cerca de ¼ em 1997, passou para 17,5% em 2007 e, a segunda, a perda de importância do setor na geração da ocupação de ambos os sexos, mas principalmente das mulheres. A atividade agrícola que era a segunda maior

absorvedora da força de trabalho feminina em 1997 (20,2%), só perdendo para os serviços, passa para terceiro lugar em 2007 (13,2%) (IBGE, 2008).

- **Dualidade ou polarização do trabalho feminino.**

Denominou-se dualização ou bipolarização da ocupação feminina (Kergoat 1998), o processo de segmentação da ocupação feminina identificado durante as décadas de 1980 e 1990 nos países desenvolvidos, segundo o qual, de um lado cresce o grupo de médicas, engenheiras, advogadas, gerentes e diretoras e outras profissionais qualificadas e, de outro permanece ou se expande o grupo de mulheres pouco ou não qualificadas, desempenhando atividades pouco valorizadas, não raro sem contratos nem proteção legal. Se a existência de um contingente de trabalhadoras em posições precárias, que prestam serviços a mulheres e famílias de classe média urbana não é novidade nos países da América Latina e no Brasil, na Europa dos anos 1980-90 esse segmento ganhou vulto, face ao aumento da migração de mulheres do leste europeu.

Kergoat e Hirata (2008) analisam esse fenômeno sob a ótica da divisão sexual do trabalho e identificam a reorganização simultânea do trabalho remunerado e do doméstico: na esfera do trabalho doméstico teria lugar a “externalização” do trabalho por parte das profissionais qualificadas para mulheres mais pobres e precárias, - imigrantes no hemisfério norte e migrantes no sul, e um certo grau de envolvimento dos homens- sobretudo os jovens- na sua divisão. Externalizar o trabalho doméstico, ao mesmo tempo, atenuaria as tensões nos casais, acentuaria a segmentação interna ao grupo de mulheres e incentivaria o aumento do fluxo migratório feminino dos países do leste europeu e da África para a Europa e das regiões rurais para as urbanas, no hemisfério sul.

Cunha e Fuentes (s/ data), por sua vez, vêm nessas assim chamadas “redes globais de serviços” a concretização da “globalização da maternidade” e as identificam atuando em vários níveis. Por exemplo, as filhas mais velhas de uma família pobre cuidam dos irmãos, enquanto sua mãe trabalha como babá, cuidando dos filhos de uma imigrante (ou migrante) que, por sua vez, partiu para cuidar de uma criança num país rico ou numa cidade global, situada no hemisfério sul ou no norte, no seu próprio país ou no exterior. A mãe dessa criança que reside em país ou zona mais desenvolvidos, no final da cadeia, compra os serviços domésticos da imigrante (ou migrante) e pode ser liberada dos trabalhos de reprodução social, para dedicar mais tempo às exigências da sua carreira profissional. A mulher imigrante (ou migrante), ao contrário, está longe da família e dos filhos, os quais revê apenas uma ou duas vezes por ano, com reflexos negativos na

educação e na formação dessas crianças. Na interpretação daquelas autoras, as cadeias transnacionais- e, acrescentamos, transregionais- de serviços de cuidado procurariam minimizar o custo de reprodução da mão-de-obra, através de um processo de apropriação e acumulação não só de capital , mas também dos trabalhos reprodutivos e dos cuidados.

No tocante aos países do hemisfério sul e, particularmente no Brasil, a bipolarização do trabalho feminino também pode ser evidenciada, de um lado, pela crescente parcela de mulheres qualificadas em uma ampla gama de profissões de nível universitário e, de outro, pela permanência de aproximadamente 1/3 das mulheres ativas em atividades precárias, como o emprego doméstico, a produção para o consumo próprio e o trabalho sem remuneração. Daquele montante, nada menos que seis milhões de brasileiras se empregam como trabalhadoras domésticas, configurando uma rede nacional de serviços de cuidados no país .

- **Rendimentos do trabalho**

Finalmente, no que diz respeito aos rendimentos do trabalho, uma tendência iniciada nos anos 1980 vai se consolidar nos anos 1990 a diminuição do espaço de desigualdade entre a remuneração dos homens e das mulheres. Quer dizer, as mulheres continuaram a ganhar menos que os homens independentemente do setor de atividade econômica, da duração da jornada de trabalho, do número de anos de estudo, da sua posição na ocupação (ou do tipo de vínculo de trabalho), mas a diferença entre os seus ganhos e o dos homens diminuiu (Bruschini e Lombardi 2003; Guimarães 2001). O processo de diminuição da diferença de rendimento entre os sexos tem prosseguido, atingindo o maior índice dos últimos anos em 2007, quando o rendimento médio real de todos os trabalhos das mulheres correspondia a 66,1% da remuneração média masculina ⁷(IBGE, 2008).

- **Permanência da responsabilidade feminina pelo trabalho na esfera doméstica**

Nos últimos quarenta anos, as mulheres continuaram sendo as principais responsáveis pelo cuidado da casa, dos filhos e da família, o que continua a interferir nas suas possibilidades de trabalhar e no desenvolvimento das suas carreiras profissionais. A PNAD- Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios do IBGE para o ano de 2007 revelou que enquanto as mulheres brasileiras com 10 anos e mais

⁷ Em 2004, as mulheres ganhavam 63,5% do rendimento masculino.

despendiam , em média, 25,6 horas semanais para aquelas funções, os homens gastavam apenas 10,3 horas (FCC 1998. Série Mulheres, trabalho e família).

Dedecca (2008) analisou a jornada de trabalho, decompondo-a em duas partes, uma dedicada à reprodução social e outra à produção econômica e, igualmente, detecta a maior dedicação do tempo das mulheres à reprodução social, associada a durações de jornadas de trabalho variadas. Quer dizer, quanto mais horas a mulher trabalha para a produção econômica, maior a sua jornada total, mesmo que haja uma tendência de ligeira diminuição da parcela da jornada dedicada à reprodução social. Além disso, entendendo que a flexibilidade da jornada para produção econômica influencia a parte do tempo destinada à reprodução social e que, quanto maior a flexibilidade, maior a precariedade, o mesmo autor entende que *“o grau de precariedade da regulação social do trabalho tende a ser amplificada pela pressão sobre o trabalho de reprodução social”* (op.cit.p.294) . Cenário esse que atinge principalmente aqueles 12 milhões de trabalhadoras em posições precárias no mercado de trabalho , como já comentamos anteriormente.

2. As trabalhadoras e a acentuação das suas fragilidades em tempos de crise

As mesmas grandes tendências no que diz respeito ao trabalho das mulheres, são observadas tanto nos países desenvolvidos, como no Brasil, em tempos de globalização da economia e de flexibilização do trabalho, seja no que diz respeito ao aumento da sua participação econômica e de seu nível de escolaridade, ao aumento do desemprego feminino, à polarização das trabalhadoras em dois grupos distintos e antagônicos, mas sistemicamente complementares: um pequeno e crescente contingente de profissionais escolarizadas inseridas numa variada gama de profissões e uma massa de mulheres mais pobres e menos escolarizadas, migrantes e imigrantes, ocupadas em funções menos prestigiosas do comércio e dos serviços, submetidas a condições menos favoráveis de trabalho e a menores rendimentos (Maruani, 2008). Como afirma Hirata (1999; 2001), a globalização – e acrescentamos, suas crises conjunturais- não suprimem a diversidade e a heterogeneidade existentes nas sociedades e no mundo do trabalho, ao contrário, tornam-nas mais agudas e as moldam diversamente, conforme o sexo do trabalhador. É uma das características do sistema capitalista reproduzir desigualdades e contradições internas, tomando como base as diversidades dos grupos humanos, apropriando-se das diferenças culturais, econômicas, religiosas e biológicas, como, por exemplo sexo, idade e raça dos indivíduos, seu local de residência (rural ou urbano), sua escolaridade.Esse

processo se aprofunda em momentos de crise e de transformação do sistema, como acontece no momento presente.

A literatura sobre os efeitos da globalização e da flexibilização do trabalho sobre as mulheres dos hemisférios Norte e Sul, sobretudo a corrente crítica da economia feminista, tem procurado demonstrar a complexidade da questão no âmbito econômico das famílias e das nações e nas esferas social e cultural, sublinhando a interdependência dos diversos processos em curso.

Contribuindo com uma visão mais geral sobre a problemática, Rubio (2001), por exemplo, analisa as repercussões dos ajustes econômicos recomendados pelo Banco Mundial e pelo BID-Banco Interamericano de Desenvolvimento para a América Latina, sobre as trabalhadoras latino-americanas. A tônica de todas as medidas de estabilização do FMI e do BID, desde a década de 1980, tem sido a eliminação da intervenção do Estado nas economias nacionais, deixando a sua regulação nas mãos do mercado internacional. Aquela autora identifica duas gerações de políticas de ajuste estrutural. A primeira compôs-se de medidas voltadas para a liberalização comercial, a privatização das empresas públicas, a desregulamentação dos mercados de trabalho, durante a década de 1980. A segunda, nos anos 1990, voltou-se para a reforma das instituições e marcos legais e regulatórios, concentrou-se na redução da pobreza através de três estratégias básicas: a) focalização dos serviços de saúde, educação e da política social aos mais pobres; b) introdução da competitividade na prestação de serviços públicos, concedendo parte deles à iniciativa privada; c) descentralização dos estados e municípios, modernização do Estado, reformas no poder legislativo e judiciário.

Vários foram, no entender da autora citada, os impactos desses ajustes estruturais sobre as mulheres. Um dos mais importantes teria sido a transferência para elas dos custos dos serviços públicos “enxugados”, levando-as a assumir, no âmbito das famílias, atividades que eram atribuição do Estado. A focalização das políticas de saúde, de educação e assistência social, teria resultado, assim, em maior carga de trabalho para as mulheres. No nível da saúde, elas passaram a cuidar em casa dos idosos e doentes que não são mais hospitalizados, pois esses atendimentos escapam da atenção primária, prioridade do Estado. Mesmo que a atenção primária à saúde abranja mais largas fatias da população, ela parece ter se constituído de um pacote mínimo que não cobre as necessidades familiares e deixaria de fora alguns procedimentos de saúde fundamentais para as mulheres, como o atendimento da mortalidade materna e a atenção ao aborto.

No caso brasileiro, a extensão da atenção primária à saúde, particularmente no que diz respeito à atenção à maternidade e à criança foi positiva, ao menos quando se consideram dois indicadores, as taxas de universalização da assistência hospitalar ao parto e de mortalidade infantil dos menores de um ano. Assim, entre 2000 e 2005, 98% dos nascidos vivos o fizeram em ambiente hospitalar, comprovando a universalização da assistência hospitalar ao parto, conforme informa a PNDS- Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Mulher e da Criança, do Ministério da Saúde ((2006).Aponta na mesma direção a queda da mortalidade/morbidade infantil de menores de um ano nas últimas décadas: se em 1980, registrava-se a morte de 83 menores de um ano em 1000 nascidos vivos, em 2000, o índice foi 30/1000 (PNDS, 2006). Há , porém, muito a fazer ainda para diminuir as desigualdades de atendimento à saúde da mãe e da criança, por exemplo, entre as regiões do país e as zonas urbana e rural.Assim, se a mortalidade de menores de cinco anos é de 33/1000 no Brasil, na zona rural ela tinge 44/1000 e, na urbana, 31/1000; além disso essas taxas de mortalidade são mais altas nas regiões Norte e Nordeste.

No que tange às reformas educacionais inspiradas nos ideários do BID e do Banco Mundial, Rubio (op.cit) identificou cortes nos subsídios às escolas urbanas, transferindo aos pais dos alunos dos ensinos fundamental e médio alguns desses custos, p.ex, com material, uniforme e com alguns serviços de manutenção. No que diz respeito às reformas na seguridade social e nas aposentadorias, haveria indícios- sempre segundo a autora citada- que a privatização e mercantilização levaram à queda na qualidade e diminuição da cobertura dos serviços. Os sistemas coletivos de aposentadoria causariam preocupação, pois têm sido aumentados o tempo de contribuição e a idade de aquisição, seguindo uma política de postergar o direito de aposentadoria e a retirada dos trabalhadores da vida ativa.

As políticas da OMC-Organização Mundial do Comércio que preconizaram a liberalização comercial na maioria dos países da região, por sua vez, teriam repercutido no aumento da taxa de participação das mulheres, que passaram a se integrar mais rapidamente que os homens no mercado de trabalho, geralmente com menores salários, sobretudo nas posições informais do setor terciário. Ao mesmo tempo aumentou o trabalho a domicílio. Nas zonas rurais, um dos efeitos mais perversos da política de liberalização comercial teria sido o recrudescimento da pressão sobre a agricultura familiar, pois os acordos comerciais impediriam que os países do terceiro mundo estabeleçam mecanismos para balancear preços dos produtos agrícolas segundo o seu

valor no local. Como resultado, face à concorrência internacional e à eliminação dos subsídios a alguns produtos, produtores de certos alimentos em alguns países da América Latina, têm que diminuir seus preços para competir. O pressuposto da eliminação dos subsídios é que a agricultura local está voltada para a exportação, o que segundo Rubio (op.cit), trata-se de uma política cega à agricultura familiar, focalizada no autoconsumo e quase integralmente realizada pelas mulheres.

Na análise de Sassen (2003;2007), concomitantemente aos efeitos das políticas macro-econômicas de ajuste estrutural colocadas em curso nos países em desenvolvimento, estariam se desenhando atualmente algumas “contrageografias da globalização”, processos de maior amplitude, interligando sistemicamente os hemisférios Norte e Sul, com repercussões sobre o trabalho feminino. As contrageografias da globalização diriam respeito ao desenvolvimento de circuitos rentáveis de pessoas, construídos sobre homens e mulheres em situações desvantajosas. Incluem o tráfico ilegal de pessoas que se destinam à indústria do sexo e a vários tipos de trabalho nos mercados formal e informal, como as plantações de flores e produtos frescos, a montagem de produtos eletroeletrônicos e mecânicos. Incluiriam ainda as migrações fronteiriças, legais ou não, as quais se transformaram em importante fonte de divisas para os governos dos países de onde partem as levadas migratórias. Nesses circuitos estão mulheres que procuram melhores rendimentos e condições de vida e também traficantes, agenciadores de mão-de-obra e representantes dos governos dos países envolvidos. Sassen (2003) afirma que esses circuitos de pessoas (as contrageografias) estão profundamente imbricados com algumas das principais dinâmicas constitutivas da globalização, a saber, a formação de mercados globais, a intensificação das redes transnacionais, locais e regionais, o desenvolvimento da tecnologia da comunicação que permitem escapar às formas tradicionais de controle, o desenvolvimento de um sistema econômico global e das instituições financeiras que permitem a transferência de dinheiro aos mercados em torno das fronteiras nacionais. Segundo assinala a autora, as contrageografias são dinâmicas e mutáveis, funcionam parcialmente na economia subterrânea ou invisível e, ao mesmo tempo, se utilizam da infra-estrutura institucional da economia regular. Para analisar esses processos ainda tão pouco conhecidos, a autora propõe uma metodologia ancorada espacialmente, ou seja, identificar os lugares estratégicos nos quais os processos econômicos internacionais podem ser estudados de uma perspectiva feminista. Assim, no caso da internacionalização da produção manufatureira, o nexo se encontraria no

desmantelamento de uma “aristocracia operária” majoritariamente masculina que trabalhava nas grandes indústrias e na decorrente formação de um proletariado mal remunerado, fora dos países desenvolvidos, majoritariamente feminino, empregado em setores em crescimento. Por sua vez, na agricultura voltada para a exportação, o lugar estratégico seria o nexo entre as economias de subsistência e as empresas capitalistas.

Sassen (2007) ressalva ainda que a globalização produziu lugares geográficos que demandam crescentemente tipos especiais de suprimento, as cidades globais. Nesses espaços, ao mesmo tempo ocorre forte demanda por profissionais transnacionais de alto nível e, também, por trabalhadores com baixos salários, vindos do hemisfério Sul e dos países mais pobres, que imigram ou migram para prestar serviços ao primeiro grupo. Formaram-se e conviveriam, complementarmente, dessa forma, dois mercados de trabalho globais, um de executivos e gerentes de alto escalão e, outro, de fluxos informais de pessoas – mulheres principalmente-, dentre os quais, as redes globais de cuidados talvez sejam as mais visíveis. Essas redes globais femininas de serviços podem ser entendidas como a “exportação” de trabalhadoras para atividades de serviços domésticos e pessoais, dos países pobres para os ricos. Mas como já comentamos, essa movimentação também acontece de regiões menos para as mais desenvolvidas dentro de um mesmo país, das zonas rurais e de pequenas cidades, para as cidades globais, dentro de um mesmo país, um mesmo hemisfério ou entre países ou hemisférios diferentes.

Em suma, essas análises apontam para a relevância da análise dos impactos da globalização sob a perspectiva das relações de gênero, “consubstancialmente” (Kergoat, 1998) a uma ampla gama de relações sociais de classe, raça/etnia, idade ou geração, nível de qualificação etc, para melhor compreender o desenvolvimento das novas faces da divisão internacional do trabalho e da divisão sexual do trabalho produtivo e reprodutivo, em momentos de transformação econômica estruturais.

Mas a atual crise financeira internacional já teria repercutido no mercado de trabalho brasileiro?

Em caso positivo, os impactos foram diferenciados segundo o sexo do trabalhador?

Para discutir essas questões, recorreremos ao “Boletim Mulher e Trabalho”, que analisa, para o período outubro de 2008 a abril 2009, estatísticas geradas pela PME-Pesquisa Mensal de Emprego e Desemprego do IBGE, pela PED- Pesquisa de Emprego e Desemprego da Fundação SEADE/DIEESE e pelo CAGED- Cadastro Geral de

Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho e Emprego (M.T.E)⁸. Trata-se de iniciativa inédita e mais que oportuna, uma vez que a perspectiva das relações de gênero, não tem sido incorporada nas análises que vêm sendo divulgadas, deixando de tornar visíveis os impactos diferenciais desta crise sobre as trabalhadoras.

O Boletim sinaliza que entre outubro de 2008 e abril de 2009, as estatísticas de nível de ocupação, desemprego e emprego formal já mostraram os efeitos deletérios da crise no mercado de trabalho, tanto para os homens como as mulheres. Em outubro de 2008, o CAGED registrava uma quebra de tendência de crescimento do emprego formal iniciada em 2004, com a diminuição do ritmo de criação de novos postos de trabalho, seguida de retração dos empregos entre novembro de 2008 e janeiro de 2009: detectou-se o aumento da taxa de desemprego agregada em proporções superiores ao que se poderia atribuir à sazonalidade do período, passando de 7,5% em outubro de 2008, para 8,9% em janeiro de 2009. Esse foi, aparentemente, o ponto mais crítico da crise, uma vez que a partir de fevereiro registrou-se novo aumento nos empregos formais, tendência positiva que só poderá ser confirmada nos próximos meses.

A PME e a PED registraram tendência similar de diminuição do ritmo de crescimento da atividade e da ocupação femininas, revertendo tendência oposta registrada nas últimas décadas, como comentamos anteriormente. Assim, a PED constatou um crescimento da população economicamente ativa (PEA)⁹ feminina menor que o da masculina e uma queda na taxa de participação das mulheres, superior à dos homens, em todas as regiões metropolitanas pesquisadas. O Boletim Mulher e Trabalho vê nessa situação *“indícios de que o contexto de crise econômica retirou, relativamente, mais mulheres do mercado de trabalho do que homens...empurrando as mulheres para a inatividade”*(op.cit p.6).

Complementarmente, o comportamento das taxas de desemprego medidas pela PME denota o maior crescimento da PEA masculina frente à feminina: apesar de o desemprego ter aumentado para ambos os sexos, as taxas masculinas se elevaram mais que as femininas, indicando também aqui uma reversão de tendência, comparativamente aos anos anteriores. A pesquisa revelou também que as mulheres brancas apresentaram um mais expressivo aumento na taxa de desemprego, comparativamente às negras. É possível que este fato sinalize um movimento duplo: a manutenção dos empregos de

⁸ PME e PED abrangem todos os tipos de ocupação existentes no mercado de trabalho, formalizados ou não, enquanto o CAGED focaliza apenas os empregos formais.

⁹ Refere-se à população ocupada e à desocupada que procurou emprego no período de referência da pesquisa. Em outras palavras, trata-se da mão de obra disponível no mercado de trabalho.

menor qualidade, normalmente menos qualificados e remunerados, em que a população feminina negra é mais expressiva e a destruição dos postos de trabalho de melhor qualidade, ocupados, em maiores proporções, por mulheres brancas. O mesmo movimento, aparentemente desfavorável às mulheres, reaparece ao se analisar a ocupação: se houve variação negativa após setembro de 2008 para todos os trabalhadores, ela foi mais acentuada para as mulheres (-3,13%) do que para os homens (-1,57%). Novamente, a segmentação por raça/etnia indicou que as mulheres negras perderam menos que as brancas e uma explicação poderia vir da persistência dos níveis de emprego doméstico feminino no período (queda de apenas -0,89%), demonstrando a importância, ao mesmo tempo, desse nicho de trabalho para as mulheres (particularmente as negras) e dessas funções de cuidado para as famílias brasileiras.

Levando o foco de atenção para a posição na ocupação do(a) trabalhador(a), percebeu-se que aqueles situados em postos de pior qualidade foram os que mais sofreram. Em outras palavras, a crise acrescentou um “plus” à vulnerabilidade daqueles postos com vínculos empregatícios tênues, intermitentes ou mesmo inexistentes. Esse nicho tem sido reduto majoritário feminino e o Boletim constatou a maior queda da ocupação feminina entre empregadas “sem carteira” do setor privado (-13,53%), sendo ainda maior entre as negras (-17,17%) do que entre as brancas (-12%). Em contrapartida, houve aumento das “sem remuneração”, revertendo tendência anterior de queda dessa posição na ocupação feminina. Segundo O Boletim, uma possível explicação para essa migração da ocupação feminina “sem carteira” para “sem remuneração” seria do fato de que “*as mulheres antes empregadas, desempregadas ou inativas tenham tido que se inserir nos empreendimentos familiares- talvez em substituição a trabalhadores desligados- na condição de colaboradoras, que trabalham, mas não têm renda própria*” (p.12). Do lado dos homens, a maior redução da ocupação foi nos postos “sem remuneração” (-14%), “sem carteira assinada” (-10,8%), registrando-se, em contrapartida, um ligeiro aumento no trabalho com “carteira assinada” (0,82%).

No mercado de trabalho formal, os dados do CAGED revelaram que, nesses últimos sete meses, a crise internacional afetou, em primeiro lugar, a indústria de transformação e a construção civil, setores majoritariamente masculinos. Ou dito de outra forma, nesses dois setores as mulheres foram menos atingidas que os homens: na indústria, por exemplo, ocorreu uma maior perda relativa no estoque de empregos masculinos (-2,85%) do que no de femininos (-0,05%). Em contrapartida, os setores do

comércio e serviços foram os que mais empregaram, sobretudo mulheres. No comércio, por exemplo, 89% dos postos gerados (cerca de 52 mil) foram ocupados por mulheres e, nos serviços, aquela proporção foi de 73%.

Ressalte-se ainda que o processo de substituição da mão de obra masculina pela feminina na construção civil continuou, sem reversão de tendência durante o período de crise analisado: a PME apurou queda na ocupação masculina (-3%) e crescimento na feminina (17%).

O Boletim conclui, enfim que:

“o processo de feminização do mercado de trabalho (como um todo), observado nos últimos anos, foi refreado.. apesar de os homens terem perdido mais empregos que as mulheres no setor formal... a população que se encontra à disposição no mercado – ocupada ou à procura de emprego- se masculinizou no período que sentiu os maiores impactos da crise.....Pode estar havendo uma precarização geral do emprego como reação á crise, que se manifesta na elevação da inatividade e também no aumento das mulheres em postos mais precários, como o trabalho sem remuneração e trabalho sem carteira assinada. Por outro lado, há que se mencionar evidências de uma feminização do mercado de trabalho formal, o que é positivo, mas pode também expressar uma estratégia do empresariado em contratar de forma mais precária” (SPM- Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, 2009; p.18).

3. Considerações finais

Finalizando, pode-se afirmar que no tocante ao trabalho e à ocupação feminina, as transformações que vinham sendo delineadas desde meados dos anos 1970 e que se consolidaram nos 1980 e 1990, continuam, de modo geral, válidas para os primeiros sete anos do novo milênio.

Em 2007, a maioria das mulheres trabalhava, embora o ligeiro declínio nas taxas de atividade feminina a partir de 2006, poderá sinalizar uma reversão na tendência de crescimento que se desenhou nas últimas três décadas. Considere-se, porém, que também a taxa de atividade masculina diminuiu a partir de 2006. Esses movimentos e as taxas de desemprego menores em 2007 do que em 2005, para ambos os sexos, poderiam estar sinalizando uma retirada de homens e mulheres para a inatividade, para uma situação em que não houve procura ativa por trabalhos.

A diminuição na taxa de atividade feminina foi reforçada na atual crise financeira internacional que atingiu o país a partir de outubro de 2008, uma vez que em

conjunturas adversas a tendência parece ser a retirada das mulheres para a inatividade, enquanto aumenta a procura masculina por trabalho.

As posições desiguais de homens e mulheres no mercado de trabalho se mantiveram no longo período analisado, mantendo-se importante contingente de doze milhões de trabalhadoras em posições vulneráveis e precárias (cerca de 1/3 das trabalhadoras contra apenas 8% dos trabalhadores), trabalhando na informalidade, em sua grande maioria, com ganhos reduzidos ou mesmo sem nenhuma remuneração, durante longas jornadas de trabalho e com reduzida ou nenhuma proteção legal.

A situação de crise conjuntural apenas reforçou aquela vulnerabilidade, pois os postos de trabalho de pior qualidade foram os que sofreram mais: as maiores quedas na ocupação feminina se deram entre trabalhadoras “sem carteira” do setor privado, ao mesmo tempo em que cresceram as “sem remuneração”. O nicho feminino do emprego doméstico, contudo, foi um dos que menos sofreu retração, o que demonstra a sua importância na absorção da força de trabalho feminina –sobretudo das negras- e a relevância dos serviços de cuidados prestados às famílias brasileiras que procuraram mantê-los, mesmo em tempos de crise.

No mercado formal, a atual crise financeira afetou, em primeiro lugar, o emprego masculino, com maior perda de postos na indústria de transformação e na construção civil. Os setores do comércio e dos serviços foram os que mais empregaram entre outubro de 2008 e abril de 2009, sendo que a maioria dos empregos criados destinou-se às mulheres. Sob o ponto de vista do mercado formal de trabalho, portanto, a crise vem facilitando o ingresso e a manutenção das mulheres nos empregos, o que não deixa de ser positivo. Uma investigação mais profunda sobre a qualidade desses postos de trabalho, no tocante a tipo de contrato e remuneração, poderá esclarecer as estratégias empresariais que estão por trás desses movimentos, ou seja, se trata-se de um ciclo virtuoso para as mulheres ou de uma estratégia de precarização ampliada para o conjunto do mercado formal, tendo como protagonista o sexo feminino.

Bibliografia

BRUSCHINI, Cristina; RICOLDI, Arlene; MERCADO, Cristiano M. *Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional*. In COSTA, Albertina O.;SORJ, Bila, BRUSCHINI, C; HIRATA, Helena (orgs) **Mercado de trabalho e gênero. Comparações internacionais**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2008. p.15-34

CUNHA, Gabriela; FUENTES, Fernanda. **Mulheres, trabalho e globalização: gênero como determinante nos padrões globais de desigualdade**. São Paulo, SOF- Sempre-viva Organização Feminista; s/data (mimeo)

DEDECCA, Cláudio S. *Regimes de trabalho, uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres*. In COSTA, Albertina O.;SORJ, Bila, BRUSCHINI, C; HIRATA, Helena (orgs) **Mercado de trabalho e gênero. Comparações internacionais**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2008. p.279-298

FCC- Fundação Carlos Chagas- **Banco de dados sobre o trabalho das mulheres**. 1998. (www.fcc.org.br)

FORTINO, Sabine. **Mixité au travail, genre et conditions de travail: la construction sociale d'un processus**. Relatório de pesquisa. CNRS-CRESPPA. Paris, janeiro 2009. (mimeo).

HIRATA, Helena. **Flexibilidade , trabalho e gênero**; Texto apresentado em Taller Las transformaciones del trabajo, genero, flexibilización e inserción laboral femenina, CEM-Centro de Estudios de la Mujer, Santiago, Chile, 24 a 26 de novembro 1999 (mimeo)

_____. **Globalisation, Work and Gender** Texto apresentado em ESRC Seminar Group: Critical Boundaries/Seminar 6: Perspectives on globalisation, Inglaterra, University of Leeds, 9/11/2001 (mimeo)

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios- PNAD- Síntese dos indicadores 2007**. IBGE-Rio de Janeiro, 2008. (<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2007/sintese/pnad2007.pdf>). Consulta 13/08/2009.

_____. **Síntese dos Indicadores Sociais. Uma análise das condições de vida da população brasileira**. IBGE, Rio de Janeiro, 2008 (A). (http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicadores2008/indic_sociais2008.pdf). Consulta 20/08/2009.

JUNQUEIRA, Eliane B. *A mulher juíza e a juíza mulher*. In BRUSCHINI, C e HOLLANDA, Heloísa B. (orgs) **Horizontes Plurais. Novos estudos de Gênero no Brasil**. FCC-São Paulo; Editora 34- São Paulo, 1998 p.135-162

KERGOAT, Daniele.*La division de travail entre les sexes* In KERGOAT, Jacques (org) **Le monde du travail** Paris, La Découverte 1998, pp.319-327

KERGOAT, Daniele ; HIRATA, Helena. *Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França e Japão*. In COSTA, Albertina O.;SORJ, Bila, BRUSCHINI, C; HIRATA, Helena (orgs) **Mercado de trabalho e gênero. Comparações internacionais**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2008. p. 263-278

LAVINAS, Lena “Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas” In Baltar da Rocha, Maria Isabel (org) **Mudanças, Permanências e Desafios**. ABEP, NEPO/UNICAMP, CEDEPLAR/UFMG, São Paulo, Ed. 34, 2000 pp. 139-160

LOMBARDI, Maria Rosa. **Perseverança e resistência: a engenharia como profissão feminina**. Tese de doutorado. FE- Faculdade de Educação/UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 2005

MARRY, Catherine. *A carreira das mulheres no mundo acadêmico. O exemplo da biologia*. In COSTA, Albertina O.;SORJ, Bila, BRUSCHINI, C; HIRATA, Helena (orgs) **Mercado de trabalho e gênero. Comparações internacionais**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2008. p.403-419

MARUANI, Margaret. Emprego, desemprego e precariedade: uma comparação europeia. In COSTA, Albertina O.;SORJ, Bila, BRUSCHINI, C; HIRATA, Helena (orgs) **Mercado de trabalho e gênero. Comparações internacionais**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2008. p.35-54

PNDS- **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da mulher 2006**. Brasília, Ministério da Saúde, 2006

RAMOS, Lauro; BRITTO, Marcelo. Nota Técnica: O funcionamento do mercado de trabalho metropolitano brasileiro no período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais. In Ministério do Trabalho e Emprego; IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, **Boletim Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise**, ano 8, no. 22, Brasília, novembro 2003, pp.29-48

RUBIO, Laura Frade. **Las implicaciones de la globalización económica y la internacionalización del estado en las mujeres**. Morelia, México; Morevallado, 2001, c2001

SASSEN, Saskia. **Contrageografias de la globalización. Género y ciudadanía em los circuitos transfronterizos**. Madrid, Ed. Traficantes de sueños,2003. Mapas 2

_____ *Two stops in today's new global geographies: shaping novel labor supplies and employment regimes*. **Colloque international Le genre au coeur de la mondialisation**. Paris, Ministère de la recherche/ GTM- Genre travail et Mobilités/CNRS, março 2007 (mimeo)

SEADE-Fundação Sistema de Análise de Dados/ DIEESE- Departamento Intersindical de Estatísticas e estudos Sócio-econômicos. **Mercado de trabalho na região metropolitana de São Paulo em 2007**. (<http://intranet.seade.gov.br/cgi-bin/pedmv98/trataopest.ksh?tipo=ano0752Fannual07>) Consulta 20/08/2009.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana. *Famílias monoparentais femininas, pobreza e bem-estar das crianças: comparações regionais*. In COSTA, Albertina O.;SORJ, Bila, BRUSCHINI, C; HIRATA, Helena (orgs) **Mercado de trabalho e gênero. Comparações internacionais**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2008. p.187-206

THURLER, Ana Lièsi ; BANDEIRA, Lourdes. *Sobre astrônomas alemãs e odontólogas no Brasil central*. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 2008: Corpo violência e poder**. ST 38: Ciência, tecnologia e poder: conhecimento e práticas de gênero. UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, agosto 2008 (mimeo)